



## TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidades Requisitantes: Secretaria Municipal de Educação**  
**Processo Administrativo nº 2.986/2026**  
**Anexo nº 1841**  
**Documentos de Formalização da Demanda nº 3081**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão gráfica educacional sob demanda, compreendendo o recebimento de arquivos digitais, impressão em papel A4 75 g/m<sup>2</sup>, impressão 1x1 (preto e branco), frente e verso, com páginas variáveis e diferentes entre si, destinada à produção de avaliações diagnósticas, somativas e formativas, internas e externas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Marialva – PR.
- 1.2. O serviço será destinado à impressão de avaliações das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Fluência Leitora, Escrita e demais componentes ou instrumentos avaliativos adotados pela Secretaria Municipal de Educação para os alunos do 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino.
- 1.3. Deverão estar inclusos no objeto todos os serviços necessários à adequada execução da demanda, incluindo intercalação, grampeamento, conferência, organização e separação do material por escola, ano/série, turma e componente curricular, acondicionamento em embalagens identificadas, garantia de sigilo das informações contidas nos documentos e entrega no local indicado pela Contratante, em prazo compatível com a urgência da demanda, pelo menor preço por item, nos termos das tabelas abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 1	1	306047 - IMPRESSÃO GRÁFICA EDUCACIONAL SOB DEMANDA IMEDIATA, EM PAPEL A4 75 G/M <sup>2</sup> , IMPRESSÃO 1X1 (PRETO E BRANCO), FRENTE E VERSO, COM PÁGINAS VARIÁVEIS E DIFERENTES ENTRE SI, DESTINADA À PRODUÇÃO DE AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS, SOMATIVAS E FORMATIVAS, INTERNAS E EXTERNAS. O SERVIÇO DEVERÁ INCLUIR RECEBIMENTO DOS ARQUIVOS DIGITAIS, IMPRESSÃO, INTERCALAÇÃO, GRAMPEAMENTO, CONFERÊNCIA, ORGANIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DO MATERIAL POR ESCOLA, ANO/SÉRIE, TURMA E COMPONENTE CURRICULAR, ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGENS IDENTIFICADAS, GARANTIA DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS DOCUMENTOS E ENTREGA NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, EM PRAZO REDUZIDO, CONFORME DEMANDA.	UNID	200.000	0,20	40.000,00

- 1.4. A opção pelo Pregão Eletrônico justifica-se pela necessidade de seleção de fornecedor apto a executar serviço gráfico educacional sob demanda imediata, conforme a disponibilização dos arquivos das avaliações diagnósticas, somativas e formativas, internas e externas, observados os prazos reduzidos de impressão, montagem, conferência, separação, identificação e entrega dos materiais, de modo a garantir a aplicação tempestiva das avaliações aos alunos e o posterior lançamento dos resultados nas plataformas oficiais, quando houver. Esta modalidade também permite maior competitividade, transparência e planejamento da execução durante a vigência contratual, adequando o fornecimento às demandas pedagógicas que surgirem conforme o calendário avaliativo.
- 1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21, por tratar-se de serviço gráfico necessário à execução de política pública educacional, destinado à impressão de avaliações diagnósticas aplicadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino, com finalidade pedagógica.
- 1.6. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, pois possuem padrões objetivos de desempenho e qualidade, com especificações usuais de mercado, tais como impressão em papel sulfite A4 75g, cor 1X1, preto e branco, frente e verso, montagem, intercalação, grampeamento, conferência, separação, embalagem



identificada e entrega. A especificidade da contratação decorre da forma e do prazo de execução, vinculados às avaliações diagnósticas, somativas e formativas, internas e externas, e não da complexidade técnica do serviço.

## 2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município de Marialva – PR, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.2. Em caso de aditivo de prorrogação de contrato, o índice utilizado para o reajuste contratual será o IPCA.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A aquisição do item elencado justifica-se para atendimento da solicitação do Núcleo de Educação junto às Secretarias Municipais para que os municípios realizem as avaliações diagnósticas com os alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

3.2 Sendo a Secretaria Municipal de Educação, o órgão mantenedor do sistema de Ensino deste município de Marialva – PR, cabe a ela, em relação a impressão das provas, realizar o processo licitatório a fim de contratar o referido serviço gráfico, pelo menor preço.

3.3 A avaliação educacional em larga escala, ao longo das últimas décadas, vem se consolidando como uma ferramenta indispensável para a produção de análises sobre a qualidade da educação ofertada às crianças e jovens brasileiros. Por meio da aplicação de testes padronizados de desempenho, é possível avaliar, por exemplo, se os objetivos de aprendizagem estão se consolidando nas etapas adequadas.

3.4 É nesse contexto que foi criado o Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Paraná, com o objetivo de fornecer dados relevantes sobre o ensino ofertado, e identificar os avanços e desafios das redes e em cada unidade escolar. Resultado de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e as Secretarias Municipais, como um instrumento de monitoramento da qualidade da educação, capaz de gerar contribuições eficazes para o aperfeiçoamento contínuo da educação básica.

3.5 Partindo dessa premissa, a Secretaria Municipal da Educação entende ser imprescindível aplicar três avaliações anuais, atualmente oportunizadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), vinculada ao programa federal Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instrumento onde gestores, professores e equipes pedagógicas contam com diferentes ferramentas para que possam compreender e utilizar os resultados produzidos nas avaliações.

3.6 A realização das avaliações diagnósticas, somativas e formativas, internas e externas, justifica-se também pela necessidade de atendimento aos parâmetros do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, especialmente quanto à comprovação de que os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental participam de sistema, programa ou projeto institucional com foco na avaliação processual e contínua da aprendizagem. Para esse fim, exige-se a realização de avaliações diagnósticas e/ou formativas em, no mínimo, duas oportunidades durante o ano letivo, com o objetivo de produzir informações sobre o desenvolvimento das habilidades de leitura, Língua Portuguesa e/ou Matemática. Assim, a impressão tempestiva dos materiais avaliativos é necessária para assegurar a aplicação das avaliações previstas em calendário escolar e subsidiar a documentação comprobatória exigida para avanço e manutenção do Município nas categorias de reconhecimento, inclusive Selo Ouro.

3.7 A finalidade é instituir uma nova cultura de análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados por meio dos resultados de cada instituição escolar, bem como pautar, práticas pedagógicas adequadas, despertando nos estudantes o interesse pelo aprimoramento dos conhecimentos científicos, entendendo que a escola é o lugar capaz de fazer a diferença na vida de todos os seres humanos.

3.8 Para tanto, solicitamos a contratação dos serviços de impressão das avaliações diagnósticas do 1º ao 5º ano da Rede Municipal, sendo que a quantidade se justifica pelo número de crianças matriculadas do 1º ao 5º ano, onde a aplicação das mesmas ocorrerá conforme o calendário avaliativo da Secretaria Municipal de Educação.

3.9 A presente contratação possui natureza específica e distinta de eventual de contratações ordinárias



de impressões gráficas existente no Município, pois se destina ao atendimento das avaliações diagnósticas, cujos arquivos, cronogramas de aplicação e prazos de lançamento em plataforma são disponibilizados em janelas temporais reduzidas. Assim, a necessidade administrativa não se limita ao ato material de imprimir, mas envolve serviço gráfico educacional de pronta execução, com preservação do sigilo do material avaliativo, impressão em curto prazo, montagem, intercalação, grampeamento, conferência, separação por escola, ano, turma, componente avaliado e tipo de caderno, embalagem identificada e entrega local em prazo compatível com o calendário oficial de aplicação.

3.10. A necessidade de contratação também decorre da impossibilidade operacional de execução integral dos serviços pela estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, considerando o elevado volume de páginas, a necessidade de impressão em curto espaço de tempo, a organização individualizada por escola, ano, turma e componente curricular, bem como a necessidade de preservação do sigilo dos materiais avaliativos até a data de sua aplicação.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental**

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme a Lei nº 14.133/21:

5.1.1.1 Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.1.1.2 De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar preferencialmente produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis.

5.1.1.3 A empresa CONTRATADA deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos com as devidas comprovações e laudos de descarte apropriados, comprovações e laudos que deverão ser apresentados quando solicitados.

##### **5.2. Indicação de marcas ou modelos**

5.2.1. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

##### **5.3. Subcontratação**

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

##### **5.4. Garantia da contratação**

5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

##### **5.5. Da exigência de amostra**

5.5.1. Não há necessidade de apresentação de amostra.

##### **5.6. Obrigações das Partes**

###### **5.6.1. Da Contratada**

5.6.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.6.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura de contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.6.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.6.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os



esclarecimentos necessários;

5.6.1.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6.1.6. Entregar o objeto em devidas condições, devendo promover a substituição, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.6.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.6.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;

5.6.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.6.1.9. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.6.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.6.1.11. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.6.1.12. Acatar todas as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

#### **5.6.2. Da Contratante**

5.6.2.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.6.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.6.2.3. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.6.2.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.6.2.5. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **5.7. Sanções**

5.7.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.7.2. advertência;

5.7.3. multa;

5.7.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.7.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.7.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.7.7. Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.8. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.7.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7.10. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.7.11. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das





infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.

5.7.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.7.14. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.16. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7.17. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.7.18. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.7.19. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.7.20. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.7.21. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## 5.8. Severidade

5.8.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM	Grau de severidade					
	Leve	Moderado			Grave	
	L1	M1	M2	M3	G1	G2



1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.8.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.8.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.8.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas



as penas de multas específicas.

5.8.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

## **5.9. Moratória**

5.9.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.9.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.9.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 05 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

5.9.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.9.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.9.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

5.9.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Condição e local de entrega**

6.1.1. Os materiais serão adquiridos de forma parcial pois as avaliações serão realizadas uma vez por trimestre, sendo então 3 vezes anualmente, e deverão ser entregues no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de ciência por parte da Contratada da emissão da Nota de Empenho pela Contratante. O arquivo digital com o conteúdo a ser impresso será enviado pela Contratante. A entrega deverá ser efetuada no local indicado no empenho, de segunda-feira à sexta-feira, no período de 8h às 11h e 13h às 16h.

6.1.1.2. Os locais de entrega estão inseridos nos limites geográficos do município de Marialva – PR (Zonas urbanas e rural), incluso suas regiões distritais e demais comunidades.

6.1.2. As provas devem ser entregues separadas por matéria e por série, embaladas com a quantidade de 30 (Trinta) unidades por pacote.

6.1.2.1. Os pacotes devem estar devidamente identificados, com a indicação da matéria e da série, informações suplementares poderão serem solicitadas pela Contratante para a identificação dos pacotes.

6.1.2.2. As avaliações deverão ser organizadas e entregues separadamente por escola, ano, turma, componente avaliado e tipo de caderno, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação, preservando-se o sigilo do conteúdo avaliativo até a aplicação aos estudantes.

6.1.2.3. Em caso de falha de impressão, ausência de página, erro de montagem, divergência de quantitativo ou necessidade de reimpressão parcial, a Contratada deverá realizar a correção no prazo máximo de 1 (um) dia útil ou em prazo inferior quando necessário para garantir a aplicação da avaliação, sem ônus adicional à Contratante.

6.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (Dois) dias de antecedência para que quaisquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.4. Os quantitativos serão solicitados em acordo com a necessidade, por parte do Município de



Marialva – PR.

## 6.2. Garantia

6.2.2. A Contratada responderá pela qualidade dos serviços prestados, devendo corrigir, sem ônus para a Contratante, quaisquer falhas de impressão, montagem, separação, conferência ou entrega constatadas durante a execução contratual.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

- Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

- Fiscal:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Fernanda Apª Olímpio da Rocha Sakata	Professor	3174/4185

- Fiscal Substituto:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Carlos Martucci Pagani	Professor	3600/4170
Valquíria Ribeiro Barbeta	Professor	678/3963

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (Três) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 8.5. Liquidação

8.5.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

8.5.3. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

**8.5.3.1. A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela**





**Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

8.5.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5.6. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.7. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.8. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.9. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.10. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$ , onde:
- $I$  = Índice de atualização financeira;
- $TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- $EM$  = Encargos moratórios;
- $N$  = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- $VP$  = Valor da parcela em atraso.

## **8.6. Forma de pagamento**

8.6.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ITEM.

9.1.3. A presente licitação será encaminhada por Menor Preço por Item, restrita localmente, à MEI, EPP e ME, com suas sedes na municipalidade de Marialva – PR, amparada nos Artigos nºs 42 à 49, da Lei Complementar nº 123/2006; nos Artigos nºs 34 à 54 da Lei Municipal Complementar nº 341, de 12 de Dezembro de 2019; e do Decreto Municipal de 12 de Janeiro de 2021.

9.1.4. A restrição de participação às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados no Município de Marialva – PR justifica-se pela natureza específica da contratação, que demanda execução em prazo reduzido, logística local de distribuição, possibilidade de reimpressões emergenciais, correção imediata de falhas de impressão ou montagem e atendimento de demandas complementares que possam surgir durante a preparação das avaliações.

9.1.5. Considerando que os materiais possuem caráter sigiloso até sua aplicação e que o cronograma de impressão e distribuição ocorre em janelas temporais reduzidas, a proximidade geográfica do prestador contribui para a redução dos riscos operacionais, para a maior agilidade na entrega e para a pronta solução de eventuais inconsistências, garantindo o cumprimento do calendário avaliativo da Rede Municipal de Ensino.

9.1.6. A medida também encontra amparo na legislação municipal de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da competitividade do certame, diante da existência de fornecedores aptos localizados no Município.

9.1.6.1. A referida exclusividade encontra-se justificada junto ao Plano de Ação anexo, onde o mesmo possui caráter dinâmico, podendo sofrer alterações para o pleno desenvolvimento da aquisição pretendida;

9.1.6.2. Define-se Local: Limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR, incluídas suas regiões distritais, e demais comunidades.

### 9.2. Exigências de habilitação

9.2.2. Para fins de habilitação, deverá o Licitante comprovar os requisitos a seguir.

9.3. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

9.3.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.5. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

9.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.3.8. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal



– CEF;

9.3.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

9.3.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.

9.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.7. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.9. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.10. **Documentação complementar:**

9.10.2. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

9.10.3. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

10.2. Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 2.986/2026, em seu Despacho nº 01, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 20% do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativos de Formulações de Preços.



PREFEITURA  
**Marialva**  
Cuidando da nossa gente



## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade ao conteúdo aditado junto ao Processo Administrativo nº 2.986/2026.

Marialva – PR, 29 de maio de 2026.





## APÊNDICE DO ANEXO 1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O município de Marialva – PR, através da Secretaria Municipal de Educação, realiza uma série de ações pedagógicas nas escolas municipais, aos alunos do sistema público municipal de educação, onde, geralmente, os materiais gráficos tornam-se imprescindíveis para a disponibilização e manutenção dos referidos serviços.

Dessa forma, a contratação pretendida e aquisição do material gráfico tem por finalidade propiciar as condições necessárias para a realização das avaliações diagnósticas referentes ao ano de 2026 aos alunos da Rede Municipal de Ensino, objetivando assim, monitorar e melhorar os resultados de aprendizagem, para que possam identificar possíveis desafios no processo de ensino.

A aquisição dos materiais visa atender a impressão das provas nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, fluência e escrita que serão utilizados nas escolas da rede municipal, de ensino, com alunos do 1º ao 5º ano, conforme orientações recebidas do Núcleo Regional de Educação.

### 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa que será recorrente, uma vez que é inviável a impressão ser realizada por impressoras de pequeno porte, onde haverá grande perda de papel devido a não capacidade do equipamento em imprimir tamanha quantidade em tão pouco espaço de tempo, haja visto que as avaliações são liberadas em média uma semana antes da data da aplicação. A previsão do recurso consta dotação orçamentária, que consta mencionada junto ao Processo Administrativo nº 2.986/2026. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Inciso XII, do Artigo nº 06, da Lei 14.133/2021.

Em conformidade com o disposto no Art. 6º do Decreto Municipal nº 8.087/2022, o Município de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações, com a finalidade de racionalizar as contratações públicas e promover o alinhamento entre o planejamento e a execução das despesas públicas.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a necessidade de aquisição das referidas impressões gráficas, considerando-se a quantidade de alunos de 1º ao 5º ano matriculados na rede municipal de ensino que irão realizar as avaliações diagnósticas (formativas e somativas) internas/externas, calculado com o número de avaliações enviadas pelo governo do estado, com quantidade acrescida prevendo reserva técnica.

### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO



As especificações e as quantidades, que se pretende adquirir foram baseadas na quantidade de alunos matriculados do 1º ao 5º anos, que gira em torno de 2500 alunos todos os anos e em especificações de impressão simples em preto e branco. Menciona-se ainda que, após levantamento de mercado, apurou-se uma quantidade satisfatória de potenciais fornecedores estabelecidos na municipalidade de Marialva – PR, com capacidade de prover a pretendida aquisição, em conformidade Relatório CNAE aditado junto ao Processo Administrativo nº 2.986/2026.

#### **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 2.986/2026, em seu Despacho nº 01, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 20% do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços.

A composição da precificação para a solicitada aquisição foi efetuada por meio de cotações com fornecedores, Sistema Banco de Preços.

#### **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão gráfica educacional sob demanda, destinados à produção de avaliações diagnósticas, somativas e formativas, internas e externas, aplicadas aos alunos do 1º ao 5º ano da Rede Municipal de Ensino.

A contratação compreende o recebimento dos arquivos digitais, impressão em papel A4 75 g/m², impressão frente e verso, intercalação, grampeamento, conferência, organização e separação por escola, ano, turma e componente curricular, acondicionamento em embalagens identificadas, garantia de sigilo das informações e entrega dos materiais nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, em prazo compatível com o calendário avaliativo.

A solução adotada mostra-se adequada para atender às necessidades da Administração, considerando o elevado volume de impressões, a necessidade de execução em curto prazo, a preservação do sigilo dos materiais avaliativos e a impossibilidade operacional de realização integral dos serviços pela estrutura administrativa municipal.

#### **9. JUSTIFICATIVA PARA À PARTICIPAÇÃO RESTRITA DE MICROEMPRESAS, MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCALMENTE**

A restrição de participação às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados no Município de Marialva – PR justifica-se pela natureza específica da contratação, que demanda execução em prazo reduzido, logística local de distribuição, possibilidade de reimpressões emergenciais, correção imediata de falhas de impressão ou montagem e atendimento de demandas complementares que possam surgir durante a preparação das avaliações.

Considerando que os materiais possuem caráter sigiloso até sua aplicação e que o cronograma de impressão e distribuição ocorre em janelas temporais reduzidas, a proximidade geográfica do prestador contribui para a redução dos riscos operacionais, para a maior agilidade na entrega e para a pronta solução de eventuais inconsistências, garantindo o cumprimento do calendário avaliativo da Rede Municipal de Ensino.

A medida também encontra amparo na legislação municipal de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da competitividade do certame, diante da existência de fornecedores aptos localizados no Município.

A referida exclusividade encontra-se justificada junto ao Plano de Ação anexo, onde o mesmo possui caráter dinâmico, podendo sofrer alterações para o pleno desenvolvimento da aquisição pretendida; Define-se Local: Limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR, inclusas suas regiões distritais, e demais comunidades.



#### 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A avaliação diagnóstica possibilita analisar os conhecimentos não desenvolvidos pelos estudantes no ano anterior. Assim, os educadores têm subsídios para planejar ações pedagógicas que ajudem os alunos a superarem as dificuldades, gerando assim, um resultado mais analítico e rico para identificar a causas das dificuldades enfrentadas pelos alunos e suas necessidades. A partir disso, permite que os professores e que a gestão pedagógica revise os processos e as metodologias utilizadas em sala de aula, garantindo a qualidade do ensino na escola. Diferentemente de outros tipos de avaliação, a avaliação diagnóstica não objetiva classificar os alunos de acordo com seus erros e acertos, mas sim, guiar os professores em relação às intervenções pedagógicas necessárias. A partir da aplicação da avaliação diagnóstica e da identificação das dificuldades do grupo e individuais de cada aluno, o professor pode estudar possíveis causas para os problemas encontrados, planejar intervenções pedagógicas e adequar suas abordagens de ensino. Com isso, entendemos que a Secretaria da Educação, depois de tabulados os dados quantitativos possui condições de organizar e sistematizar orientações pedagógicas para o trabalho dos professores, aprimorando os processos de ensino e aprendizagem.

#### 12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

#### 13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Por se tratar de papel, a presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, haja visto que é um material reciclável.

#### 14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante entende que a pretendida contratação é enfática para a possibilidade de aplicação das avaliações devido ao grande volume de impressões a secretaria não tem capacidade para emissão das avaliações.

#### 15. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 025A-B72E-5073-4927

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIANA SERVIUC MORI RAGIOTTO (CPF 051.XXX.XXX-85) em 29/05/2026 17:06:50 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ROSI MARIA BASSETO SENA (CPF 493.XXX.XXX-72) em 01/06/2026 09:23:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/025A-B72E-5073-4927>